

CONJUNTURA RECENTE DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO DOS LENÇÓIS MARANHENSES

RECENT CONJUNCTURE OF THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT OF TOURISM OF LENÇÓIS MARANHENSES

Jéssica Milla Bezerra de Sousa

 <http://lattes.cnpq.br/0132505946821019>

Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Atualmente é Administradora do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

João Gonsalo de Moura

 <http://lattes.cnpq.br/4375641235722764>

Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor associado no Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão.

Resumo:

O artigo tem por objetivo analisar a dinâmica do arranjo produtivo local (APL) de turismo na região dos Lençóis Maranhenses, no contexto recente. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo pode ser caracterizado como descritivo, bibliográfico e quantitativo. A principal fonte de dados é uma pesquisa de campo realizada em 2019, por intermédio do Convênio 003/2016 UFMA-SEBRAE, que teve como finalidade colher informações sobre o perfil dos negócios de micro e pequeno porte assistidos pelo SEBRAE, atuantes no setor turístico da região, além de examinar os laços cooperativos entre os agentes locais. De acordo com a análise empreendida, constatou-se que o APL de turismo dos Lençóis Maranhenses ainda se encontra em fase de desenvolvimento, e que as relações colaborativas e competitivas entre os principais atores, por enquanto, não conseguiu superar o estágio de aglomeração produtiva. Essa condição dificulta a inovação e, conseqüentemente, bloqueia a competitividade dos negócios. Além disso, a expansão do setor também esbarra em dificuldades sistêmicas, como a falta de infraestrutura, que constitui um dos pré-requisitos indispensáveis para a viabilização e consolidação da atividade no horizonte de longo prazo.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento local. Turismo. Lençóis Maranhenses.

Abstract:

The article aims to analyze the dynamics of the local productive arrangement (APL) of tourism in the Lençóis Maranhenses region, in the recent context. Regarding methodological procedures, the study can be characterized as descriptive, bibliographic and quantitative. The main source of data is a field survey conducted in 2019, through the Agreement 003/2016 UFMA-SEBRAE, which aimed to gather information about the profile of micro and small businesses assisted by SEBRAE, active in the tourism sector of the region, in addition to examining cooperative ties between local agents. According to the analysis undertaken, it was found that the APL of tourism of Lençóis Maranhenses is still in the development phase, and that the collaborative and competitive relations between the main actors, for the time being, could not overcome the stage of productive agglomeration. This condition hinders innovation and, consequently, blocks the competitiveness of business. In addition, the expansion of the sector also encounters systemic difficulties, such as the lack of infrastructure, which is one of the indispensable prerequisites for the viability and consolidation of activity in the long-term horizon.

Keywords: Local Productive Arrangement. Local development. Tourism. Lençóis Maranhenses.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem de arranjos produtivos locais (APLs) no Brasil foi absorvida e propagada no final da década de 1990, período em que também foi criada a RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais), que ampliou os estudos voltados para diagnósticos de sistemas e arranjos produtivos. Nesse sentido, Garcez *et al* (2010) destacam que, desde então, as políticas públicas voltadas para atividades produtivas e desenvolvimento regional passaram a incorporar a concepção de arranjos produtivos, destacando que já no ano 2000 o governo federal incluiu os APLs como prioridade nas políticas de desenvolvimento, bem como nos planos plurianuais.

No Maranhão, a ideia de APL foi absorvida e adotada com o objetivo de melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, a partir de uma parceria entre o Sebrae e o governo estadual. Tal parceria deu origem ao PAPL (Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos e Locais) que visava realizar o mapeamento de potenciais APLs no estado, visando apoiá-los, inserindo-os em uma estratégia mais ampla de melhoria das condições de emprego e renda no âmbito estadual. Nesse contexto, ressalta-se que a atividade turística nos Lençóis Maranhenses apareceu como um dos primeiros arranjos identificados e contemplados no referido programa.

Desde então a atividade turística presente nos Lençóis Maranhenses passou a ser alvo de um intenso processo de divulgação, ensejando o crescimento do número de visitantes que adentram anualmente à região para desfrutar dos seus atrativos, o que resultou em um fluxo sustentado de turistas nacionais e estrangeiros. Esse movimento passa a favorecer o empreendedorismo local, com destaque para o surgimento de micro e pequenos negócios formais e informais, tanto nos segmentos tradicionais do turismo como em atividades associadas, impulsionando a geração de emprego e renda.

Apesar desse impulso, é importante compreender como se manifesta a dinâmica do arranjo produtivo turístico dos Lençóis Maranhenses ao longo do tempo, considerando o avanço das relações cooperativas e competitivas entre os agentes. Para tanto, torna-se fundamental elucidar as interações entre os diversos atores que constituem o arranjo, a saber: pequenos negócios turísticos; instituições financeiras; institutos de ensino e pesquisa; órgãos públicos; organizações não-governamentais, dentre outros. Também é relevante que se compreenda de que forma o APL do turismo tem se aperfeiçoado a fim de incentivar o desenvolvimento regional dos Lençóis, através da identificação de características que envolvam a utilização do conhecimento, da inovação e da colaboração entre os atores.

Portanto, o objetivo do presente artigo é analisar a dinâmica do arranjo produtivo local de micro e pequenos negócios do setor turístico dos Lençóis Maranhenses, no contexto recente, sobretudo no entorno dos anos 2017 e 2018. Vários elementos podem ser utilizados como justificativa para o desenvolvimento do presente estudo, dentre eles: o potencial da referida atividade para o desenvolvimento regional; a pertinência da abordagem de arranjos produtivos locais para a expansão do setor turístico; o tempo transcorrido entre as iniciativas pioneiras, como aquelas desencadeadas pelo PAPL, e o momento atual. O foco principal consiste em avaliar o quão presente e evidente se encontra a mentalidade de APL no seio da atividade turística na região dos Lençóis, revelando assim o estágio de evolução do setor.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos adotados no estudo estão centrados na utilização de dados obtidos através de uma pesquisa de campo realizada por intermédio do Convênio 003/2016 UFMA-SEBRAE, durante o ano de 2019. Tal pesquisa tinha como finalidade avaliar alguns aspectos dos negócios assistidos pelo SEBRAE na região, tais como: a presença de relações cooperativas e competitivas, examinar o desempenho da atividade em um contexto de sazonalidade, averiguar os métodos gerenciais praticados pelos empreendimentos, indagar a respeito do fluxo de visitantes, dentre outros.

Por conseguinte, para viabilizar o alcance do objetivo proposto, o artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução, que é a primeira delas. A segunda apresenta um apanhado resumido do debate sobre a concepção de aglomerações produtivas, com destaque para os arranjos produtivos locais, externando suas principais características e especificidades. Além disso, destaca a importância das estratégias de desenvolvimento econômico com foco em APLs, apontando alguns pormenores da experiência em termos de Brasil e Maranhão.

Na terceira seção é retratada a importância do turismo sob o prisma da apresentação de conceitos e peculiaridades em um contexto de cadeias e arranjos produtivos, enfatizando as oportunidades que se materializam para os pequenos negócios, tendo em vista as demandas que decorrem da intensificação do fluxo de visitantes a uma região. A quarta seção apresenta a metodologia proposta, enquanto a quinta seção apresenta e discute os principais resultados. Por fim, a sexta seção fica reservada às considerações finais.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE PEQUENOS NEGÓCIOS

Os estudos sobre APLs têm como ponto de partida a ideia de aglomerações produtivas, estando fundados na ênfase dos aspectos locais, históricos e sociais, assim

como os vínculos que possam estabelecer-se entre os agentes. Nesse contexto, Cassiolato e Lastres (2003) anunciam o conceito de arranjos produtivos locais como sendo aglomerações produtivas capazes de gerar repercussões positivas sobre conhecimento, capacidade inovativa, competitividade e desenvolvimento. Tais repercussões se propagam por intermédio de canais como a interdependência, a cooperação e a interação entre os atores envolvidos, imprimindo um impulso à dinamicidade da atividade econômica.

Perante o exposto, pode-se inferir que a concepção de APL é algo que ultrapassa a esfera econômica, abrangendo também circunstâncias sociais, políticas, históricas e culturais; de forma que o espaço de atuação dos atores envolvidos passa a ser determinado essencialmente pelos vínculos e interações mantidos entre eles, ultrapassando ainda o próprio espaço geográfico em si. Esses vínculos podem assumir diferentes estágios, desde os mais evoluídos até os mais regredidos, a depender da realidade de cada região. Os encadeamentos de cooperação entre os agentes são responsáveis pela fomentação dos processos de conhecimento, aprendizagem e inovação, de tal modo que o processo inovativo passe a representar o motor do desenvolvimento de cada arranjo (MOURA *et al*, 2010).

Uma das características mais identificáveis nos APLs é que as atividades produtivas nas quais estão inseridos costumam usufruir de um elevado grau de flexibilidade, sobretudo quando são constituídos por empreendimentos de micro e pequeno porte, peculiarmente marcados pela divisão do trabalho e especialização compartilhados. Além disso, a articulação e a cooperação entre os agentes promovem o aprimoramento da cadeia produtiva, pesando ainda o fato de que a condensação de firmas em um mesmo território facilita a formação de mão de obra especializada e estimula a atração de fornecedores, que constituem fatores fundamentais para determinar o padrão de competitividade (COSTA, 2010).

Para além da visão tradicional do termo concorrência, as aglomerações de empresas costumam converter-se em vantagens competitivas para os empreendimentos empresariais e demais atores envolvidos, em razão de promover a facilitação de benefícios oriundos de circunstâncias tais como: proximidade geográfica, compartilhamento de informações e conhecimentos, acesso a insumos essenciais, reivindicação de políticas e ações junto ao poder público, favorecendo assim a sobrevivência e o crescimento do APL. Além de concorrerem entre si, do jeito tradicional, também a cooperação, em quesitos apropriados, promove a confiança entre os atores e, mesmo diante de um ambiente competitivo, a mesma se torna interessante para os negócios, em razão de alimentar economias de escala e impulsiona os padrões de eficiência (CARDOSO *et al*, 2014).

Por fim, cabe enfatizar que diferentes arranjos produtivos se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Esses estágios dependem sobremaneira de aspectos econômicos, políticos, sociais ou culturais de cada região, assim como da própria organização produtiva. Diante desse entendimento, torna-se evidente que os arranjos produtivos não dependem somente das relações de cooperação e de confiança entre os negócios estabelecidos, mas, também, estão subordinados a uma dinâmica mais abrangente de presença e ação de governos, instituições de ensino, instituições financeiras, órgãos de apoio ao empreendedorismo etc. A harmonia desse conjunto de atores torna-se basilar para que sejam oportunizados o ambiente e os meios necessários para o desenvolvimento das forças produtivas.

2.1 Estratégia de APLs no Brasil

No que concerne a adesão à abordagem de APLs como estratégia de desenvolvimento no Brasil, Coutinho (2008) destaca que a partir de 1990, diante da incorporação da ideia de sistemas, estavam criadas as bases para a propagação do conceito de arranjos produtivos locais, que se tornou bastante aceito logo de imediato e, desde então, encontrou respaldo no setor público, na iniciativa privada e na academia. A nova estratégia encontrou o seu lugar de acatamento exatamente no âmbito das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico regional e local, mais especificamente, no rol das iniciativas direcionadas à inovação e ao desenvolvimento produtivo.

Atentando para a temporalidade dos processos de apreensão da ideia, adesão à mesma e definição de políticas públicas com ênfase em arranjos produtivos locais no Brasil, um marco importante foi a criação da RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais), durante o ano de 1997. A finalidade específica da referida rede era, como deixa transparecer o próprio nome, promover a formulação e implementação de políticas direcionadas para o desenvolvimento de arranjos produtivos e inovativos locais. Além de chamar atenção para a necessidade dessas iniciativas considerarem os conhecimentos já acumulados pelos atores locais, a referida rede também enfatiza a indispensabilidade do acatamento das circunstâncias sociais, políticas e econômicas presentes no entorno de cada arranjo específico (CASSIOLATO *et al*, 2008).

Desde então as políticas de desenvolvimento regional e local com foco em APLs ganharam grande impulso nas diferentes esferas governamentais brasileiras, mobilizando a iniciativa privada, a academia e os órgãos de apoio ao empreendedorismo. Um dos mais fortes indícios da relevância crescente das políticas com foco em APLs consiste no fato das mesmas

terem sido integradas com brevidade ao Plano Plurianual (2004-2007). Além disso, em 2004, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), com a finalidade de consolidar um ambiente perdurável para o desenvolvimento de arranjos produtivos em nível nacional. Um ambiente sustentável para essas políticas consiste na introdução da premissa de que uma política voltada para APL deve considerar as especificidades locais, não podendo ser algo padronizado, mas que, ao mesmo tempo, não esteja dissociada de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento, sobretudo em relação ao caráter sistêmico que pressupõe a nova abordagem (APOLINÁRIO; SILVA, 2010).

Lastres (2007) destaca que as primeiras experiências com APLs no Brasil trouxeram resultados positivos, podendo ser destacados, por exemplo, o processo de aprendizagem, por meio do qual os atores puderam evoluir com erros e acertos; maior conscientização a respeito da pertinência de ações inovativas para a ampliação da competitividade; e maior nível de interação, proporcionando maior integração de ações, dentro de um contexto mais receptivo à abordagem sistêmica. Ou seja, a adoção da abordagem de APL colocou em foco alguns elementos de grande importância para as políticas de desenvolvimento, a saber, inovação, cooperação, aprendizagem, conhecimento, emprego, renda, empreendedorismo etc.

2.2 Políticas focadas em APLs no Maranhão

No caso do Maranhão, as políticas com foco em APLs tiveram o seu marco inicial sacramentado no ano de 2003, com o lançamento do PAPL, resultado de uma parceria entre o SEBRAE-MA e o governo estadual, contando ainda com a colaboração de diversos atores, como entidades empresariais, organizações não-governamentais, instituição de ensino e pesquisa, dentre outros. Os resultados do PAPL deveriam ser aferidos pela evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, que à época ostentava o infame posto de última posição no ranking nacional. Perante essa condição, adota-se a estratégia de APL como uma das iniciativas fundamentais para reverter o quadro delicado que se afigurava no âmbito da economia local (MELO, 2004).

Diante da modicidade que caracterizava a vida do cidadão típico do estado do Maranhão, o governo estadual havia criado uma “Mata Mobilizadora”, que ambicionava elevar o IDH de 0,636 para 0,70, no período de 2003 a 2006. Como o referido índice abrange as dimensões renda, educação e saúde, as políticas com foco em APLs intencionariam atacar a primeira dessas dimensões. Por outro lado, em razão da escassez de recursos, a definição de

prioridades no processo de seleção de arranjos produtivos deveria ser conformada à existência de fatores limitantes no estado, tais como: recursos humanos, financeiros e tecnológicos. Por essa razão, seria inviável prestar apoio à totalidade de arranjos produtivos presentes no contexto estadual, havendo a necessidade da adoção de critérios para seleção e apoio (MOURA *et al*, 2010).

O processo de seleção de arranjos produtivos no domínio do PAPL contava com uma ampla lista de critérios que enfatizavam, principalmente, o potencial das aglomerações existentes para se transformar em arranjos produtivos, a capacidade das atividades econômicas para contribuir com a Meta Mobilizadora, além de quesitos ligados à sustentabilidade ambiental. Deste modo, a lista inicialmente proposta contava com 19 APLs, embora tenha sido reduzida ao longo do tempo, adaptando-se mais fortemente às prioridades definidas pelos gestores e à própria escassez de recursos.

Entretanto, para além dos critérios técnicos anteriormente mencionados, as políticas estaduais de apoio aos APLs receberam interferências de fatores exógenos, oriundos sobretudo do processo político, em meio a trocas de poder que geraram turbulências. Essas mudanças de poder produziram uma espécie de desvio de foco, centralizando as atenções na disputa política. Por exemplo, em meio à vigência do PAPL houve uma substituição do mandatário pela via judicial, o que afetou naturalmente o andamento das ações, tendo em vista os desdobramentos naturais que decorrem de eventos excepcionais (MOURA *et al*, 2010).

Embora a execução do PAPL tenha sido deveras estancada por eventos políticos, um dos fatores que devem ser sublinhados no referido programa, e que constitui um de seus legados mais evidentes, foi a maior conscientização da sociedade sobre a pertinência do fortalecimento de aglomerações de micro e pequenas empresas, tendo em vista o seu potencial de criação de emprego e renda. Além disso, por já estarem presentes nas regiões, muitas vezes agindo informalmente, apresentam maior capacidade de adaptação à cultura local e aproveitam mais habilmente os recursos disponíveis. Também, os negócios de pequeno porte possuem uma estrutura mais flexível, adaptando-se rapidamente a novas exigências, algo muito mais difícil de ser encontrado nos grandes empreendimentos, cuja estrutura costuma ser mais rígida.

3 TURISMO NO CONTEXTO DE APL

Por não envolver a produção de um bem tangível, como é o caso da indústria tradicional, o produto turístico carrega em si uma grande dificuldade quando se tenta encontrar um conceito que incorpore toda a complexidade inerente ao serviço. A Organização Mundial

do Turismo (OMT) conceitua o turismo como “[...] as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”, sendo o turista, portanto, o indivíduo que visita um lugar com pelo menos um pernoite (JAMAL *et al.*, 2003, p.18).

A atividade turística envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e históricos. Além disso, seus limites envolvem um dificultoso processo de demarcação, tendo em vista que abrange atividades como transporte, hospedagem, alimentação, artesanato, agências de viagens, dentre outras. Por outro lado, o pleno desenvolvimento do turismo demanda a existência de infraestrutura adequada e serviços básicos essenciais nos locais de destino. Isto ocorre em razão de se tratar de uma prática que só pode ser desenvolvida *in loco*, tornando-a indutora de desenvolvimento local (CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C., 2005).

Perante o exposto, diante da complexidade que envolve o produto turístico, torna-se evidente a diferença entre uma aglomeração industrial e uma aglomeração de turismo, pois, enquanto a primeira engloba apenas um setor produtivo bem definido, o aglomerado turístico envolve um amplo conjunto de segmentos econômicos, que se diferenciam entre regiões turísticas, em razão da própria distinção entre os atrativos. Portanto, “[...] é possível definir uma aglomeração de calçados, mas em se tratando de uma aglomeração de turismo, não se pode dizer uma aglomeração de restaurantes, ou de hotéis ou de passeios”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.10).

Nesse sentido, compreende-se que um APL de turismo abrange um cenário complexo, pois envolve uma variedade de setores e segmentos produtivos, podendo-se afirmar que se trata da oferta de uma variedade de bens e serviços que visam atender diferentes necessidades dos visitantes. A partir dessa compreensão, é necessário que sejam consideradas as características de cada região, suas potencialidades e o envolvimento dos atores locais, de modo que qualquer iniciativa de promoção e apoio se harmonize à realidade presente.

No caso específico do aglomerado do turismo constituído na região dos Lençóis Maranhenses, trata-se da primeira atividade econômica presente em terras maranhenses a ser avaliada pelo PAPL, em 2003, nos termos do convênio estabelecido entre o SEBRAE e o governo estadual. O Polo dos Lençóis também abrangido pelo “Plano Maior” (Programa Estratégico de Turismo do Maranhão) e pelo PRODETUR/NE II (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), foi classificado como “prioritário”, passando a ser alvo de um processo de ampla divulgação nos meios de comunicação, não somente por parte do governo estadual, mas por todas as esferas governamentais, contribuindo de forma categórica para a evolução da atividade turística no Maranhão (ICMBio, 2019).

Diante da necessidade de fortalecer o desenvolvimento do turismo na região dos Lençóis, a primeira década dos anos 2000 foi marcada pela definição de instrumentos legais que viabilizassem o planejamento turístico para a região em tela. Destaca-se o Plano de Manejo do PNLN, publicado em 2002, e a implementação do primeiro Plano Maior, durante o ano 2000. Posteriormente, foi lançado o Plano Maior 2020, envolvendo um conjunto de ações mais fortemente concentradas no município de Barreirinhas, e suplementarmente no município de Santo Amaro. Outras localidades, como Humberto de Campos e Primeira Cruz, que também fazem parte do Parque, usufruem apenas episodicamente de algumas ações.

Ressalte-se que o município de Barreirinhas tem sido destacado como a capital dos Lençóis, principalmente em razão de apresentar uma melhor infraestrutura básica e abrigar a porção mais significativa dos empreendimentos do ramo turístico. considerando que a atividade em foco, de longa data, já assumiu o protagonismo no contexto socioeconômico da referida localidade. Na verdade, desde a conclusão da rodovia MA-402, durante o ano de 2002, a facilitação do acesso ao PNLN tem contribuído para o aumento da prática turística na região, aumentando continuamente o número de visitantes e alavancando as bases para o desenvolvimento do empreendedorismo (CÂMARA; REIS; LIMA, 2020).

De modo mais específico, D'Antona (2002) destaca que a produção artesanal, a partir da fibra de buriti, tem sido uma das principais atividades beneficiadas pelo turismo na região dos Lençóis, pertencendo ao município de Barreirinhas o primado na produção desse tipo de artesanato no Maranhão. O aumento do número de visitantes impulsionou o aumento da variedade de utensílios e acessórios produzidos pelos artesões locais, além de criar as bases para a incorporação de novas técnicas e materiais que possibilitaram maior eficiência e melhor adequação dos produtos aos desejos dos compradores. Além disso, por envolver grande parte da população mais carente da região, a atividade artesanal passou a representar uma fonte expressiva de emprego e renda em nível local.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em razão das dificuldades recorrentes quanto à capacidade dos pesquisadores no sentido de enquadrar seus estudos no contexto de uma tipificação que abrange um extenso encadeamento de critérios, convém que, na presente seção, sejam destacados pelos menos aqueles que emergem com maior perceptibilidade no desenvolvimento do presente estudo. A classificação com base em determinados critérios deve resultar de fatores determinantes como enfoque, interesse, situação, objeto de estudo etc. Sendo assim, perante o exposto, serão

destacados a seguir os critérios adotados em relação aos meios, à abordagem e aos objetivos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em relação aos meios, o presente trabalho pode ser considerado como estudo de caso e bibliográfico. No primeiro caso, em razão de focalizar a apreensão de um cenário específico através da averiguação de um grupo representativo do universo focalizado. No segundo caso, por tomar como fundamento um conjunto de estudos sobre o tema, assimilando destes um conjunto de conceitos e critérios de avaliação. Quanto à abordagem, trata-se de um estudo quantitativo, tendo em vista que envolveu a busca de dados e o seu respectivo tratamento. Finalmente, no que se refere aos objetivos, o ensaio pode ser elencado como descritivo, pois o seu desenvolvimento envolve a análise do contexto vigente em uma aglomeração produtiva, de modo que sejam revelados alguns dos seus principais atributos.

As informações que norteiam a averiguação da dinâmica recente do APL de turismo localizado na região dos Lençóis Maranhenses têm como principal origem uma pesquisa de campo realizada no período de 11/02/2019 a 14/02/2019, tendo como público-alvo os empreendimentos de micro e pequeno porte assistidos pelo SEBRAE. Foram contemplados na amostra os pequenos negócios atuantes nos segmentos de hospedagem, alimentação, transporte, artesanato e receptivos. Além disso, a pesquisa abrangeu os municípios que compõem a região estudada, em um contexto bastante ampliado, a saber: Barreirinhas, Santo Amaro, Paulino Neves, Tutóia, Araiões, Água Doce do Maranhão e São Luís (capital do Estado).

A referida pesquisa de campo foi realizada no contexto do Convênio 003/2016 UFMA-SEBRAE, avaliando a situação vigente nos anos de 2017 e 2018, que representam as fases inicial e final, respectivamente, de um projeto de apoio ao setor desenvolvido pelo SEBRAE e seus parceiros na região. O diagnóstico teve como objetivo geral obter dados referentes ao perfil e características do sistema produtivo turístico dos Lençóis Maranhenses, com a finalidade de aumentar a competitividade dos empreendimentos, possibilitando a constituição de um modelo de desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes, aliado à expansão do número de visitantes.

Desta forma, foram realizadas 30 (trinta) entrevistas com a participação de empreendimentos turísticos dos ramos de transporte (7%); hospedagem (63%); alimentação (10%); agência receptiva (20%); agência emissiva (7%). A realização desse diagnóstico lança algumas luzes na compreensão da realidade do sistema produtivo turístico da região analisada, focalizando o contexto dos empreendimentos de micro e pequeno porte, que constituem o público-alvo de órgãos de apoio como o SEBRAE, e representam o foco central das políticas de apoio amparadas sob o prisma de APL.

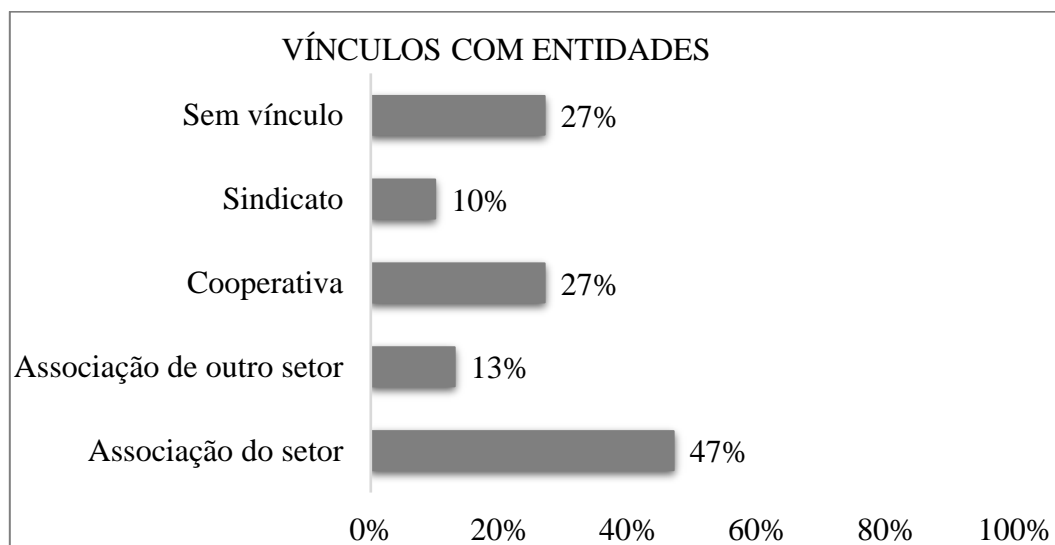
Portanto, ao longo da análise empreendida na próxima seção, fica pressuposto que, os resultados apresentados, bem como a sua respectiva análise, tornam-se aplicáveis apenas ao caso do sistema produtivo turístico constituído por empreendimentos de micro e pequeno porte, atuantes na região dos Lençóis Maranhenses, e que representam o alvo de instituições como o SEBRAE, um dos órgãos cuja atuação mais se ordena ao prisma de APL. Mesmo que em algumas passagens seja feita referência ao comportamento dos empreendimentos em geral, mantém-se subentendido que se trata de uma fração segmentada dos estabelecimentos atuantes na região, conforme aclarado acima.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ultrapassada a etapa da descrição dos aspectos metodológicos mais relevantes, a tarefa mais imediata passa a ser a escolha das informações específicas que farão parte da análise, de modo que os objetivos sejam alcançados em sua plenitude. Dessa forma, serão expostas e analisadas as informações apuradas pela pesquisa de campo referenciada, com centralidade nos seguintes indicadores: vínculos dos negócios com entidades de classe, utilização de controles gerenciais, principais dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos, introdução de inovações, origem dos clientes e evolução do número de visitantes.

No Gráfico 1 são apresentados os resultados referentes à vinculação dos estabelecimentos com entidades de classe, que constitui informação relevante para avaliar a inclinação dos empresários locais para a ação coletiva (associativismo).

Gráfico 1: Percentual de respondentes segundo os vínculos com entidades (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados divulgados por Moura, Freitas e Paula (2019).

Quanto ao vínculo com entidades de classe, o Gráfico 1 mostra que 47% dos empreendimentos turísticos entrevistados possuem vínculo com associações do setor. Por outro lado, 27% dos empreendimentos não possuem nenhum tipo de vínculo com entidades, enquanto outros 27% mantêm relação com cooperativa. Os dados também evidenciam que 13% estão ligados a associações de outros setores e 10% possuem vínculo sindical.

A partir desses dados, constata-se que 73% dos negócios turísticos possuem algum tipo de vínculo com entidades associativas, cooperativas e sindicais, já que 27% dos respondentes indicaram não possuir nenhum tipo de vínculo dessa natureza. A soma dos percentuais no Gráfico 1 ultrapassa 100% porque alguns estabelecimentos apontaram mais de um tipo de vínculo. Portanto, existe uma parcela considerável dos negócios que mantêm vínculos com alguma entidade de classe, indicando assim a presença de alguma propensão dos micro e pequenos empreendedores locais para esse tipo de posicionamento.

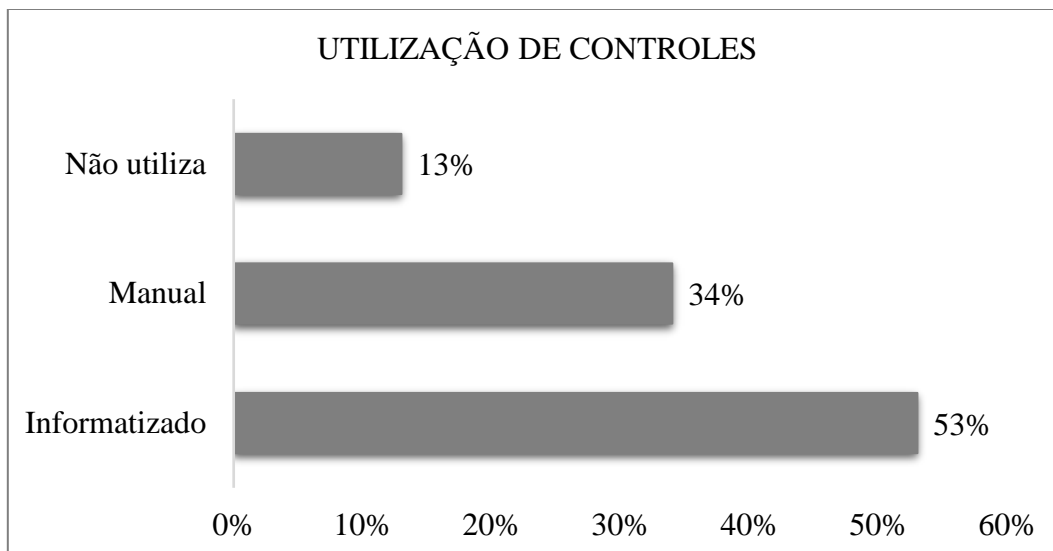
Embora os dados indiquem uma predisposição para a ação conjunta e coordenada, a dispersão dos entrevistados em várias entidades de classe também indica que não existe uma coordenação de interesses enquanto atores de um setor mais amplo, denominado turismo. Ou seja, não se percebe a presença de uma entidade que abrigue os interesses comuns dos diversos segmentos que compõem a atividade turística, mas, de acordo com os indícios evidenciados pelos dados, o que fica patente é que os negócios estão vinculados a entidades próprias de seus segmentos específicos. Tal contexto revela que a defesa de interesses se afigura segmentada, não estando inserida em contexto abrangente, que seria mais pertinente a um APL de turismo.

No Gráfico 2 constam os resultados referentes a utilização de controles gerenciais pelos negócios. Não se trata apenas da intenção de avaliar a utilização de tais controles, mas, também, captar entre aqueles que responderem afirmativamente, o quão modernos ou atrasados são os mecanismos postos em uso. Os dados servem então para fornecer uma noção aproximada de quão precários são os métodos utilizados pelos negócios, servindo também para revelar a própria ausência desses métodos e também evidenciar a presença de improvisos.

De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 2, 87% dos estabelecimentos entrevistados utilizam alguma forma de controle gerencial. Embora a porção dos 13% que não utilizam controles possa parecer um grupo acanhado; considerando a importância do quesito que está sendo tratado, tal indicador não deve ser tratado com tamanha benevolência. Quando se trata da administração de um estabelecimento prestador de serviço a turistas, o mais razoável é que, no mínimo, tal estabelecimento seja administrado com o uso das ferramentas mais básicas de manejo, sendo o controle uma delas. Portanto, os resultados apresentados no referido gráfico

evidenciam a carência do emprego das regras primárias de condução que um negócio dessa natureza requer.

Gráfico 2: Utilização de controles gerenciais pelos estabelecimentos (2018)



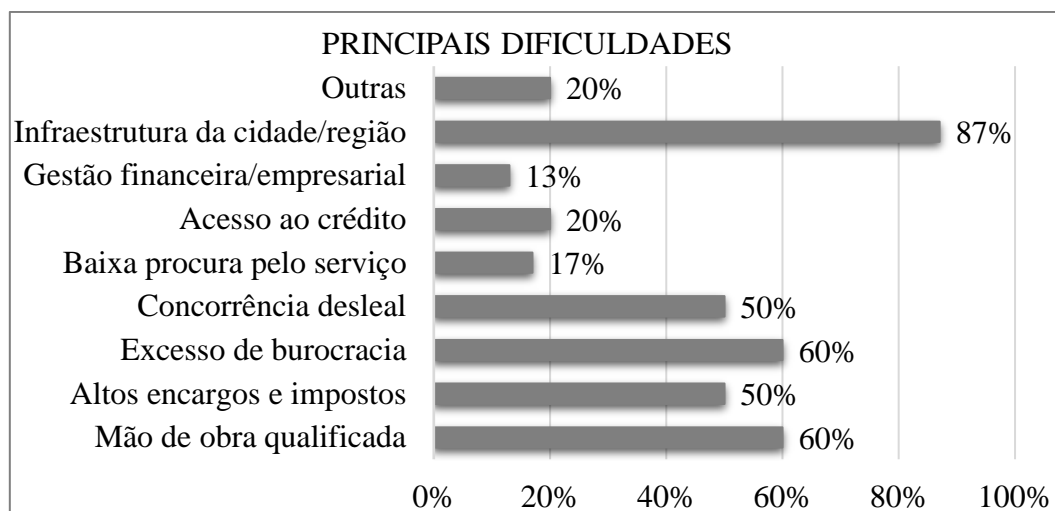
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados divulgados por Moura, Freitas e Paula (2019).

Outra constatação ainda oriunda do Gráfico 2 é que o simples fato de utilizar controles gerenciais não significa adesão a métodos gerenciais vanguardistas. Constata-se que, entre aqueles estabelecimentos que adotam controles gerenciais, ainda é significativa a fração que emprega o método das anotações manuais, mostrando que a informatização não é um dos recursos mais comuns presentes nos estabelecimentos turísticos de micro e pequeno porte atuantes na região dos Lençóis. Embora se possa dizer que a maioria dos respondentes (53%) lança mão de meios informatizados para administrar seus negócios, tal configuração não é tão expressiva, dadas as circunstâncias de variedade e difusão de recursos dessa natureza para empreendedores, mesmo para aqueles enquadrados na configuração aludida.

Quando a precariedade dos métodos gerenciais (Gráfico 2) é observada em sincronia com o quadro do associativismo segmentado, que não contempla o turismo como atividade abrangente (Gráfico 1), pode-se inferir que a noção de APL, embora divulgada e estimulada no âmbito do turismo nos Lençóis, ainda não é uma realidade consolidada. Torna-se manifesta a ausência de entidades que congreguem os estabelecimentos atuantes nos diversos segmentos em um corpo maior chamado turismo. A presença de negócios que se posicionam em pontos extremos, em termos do uso de métodos gerenciais, denota que não impera um ambiente permeado pelo compartilhamento de conhecimentos, informações, experiências, como verdadeiramente aconteceria no caso da prevalência de um APL já consolidado.

Quais são os fatores que condicionam um ambiente nos termos descritos no parágrafo anterior? Na tentativa de elucidar a questão proposta, encontrando alguns indícios que possibilitem a inferência de uma resposta aceitável, o Gráfico 3 apresenta os resultados a respeito das principais dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos durante o ano de 2018.

Gráfico 3: Principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados divulgados por Moura, Freitas e Paula (2019).

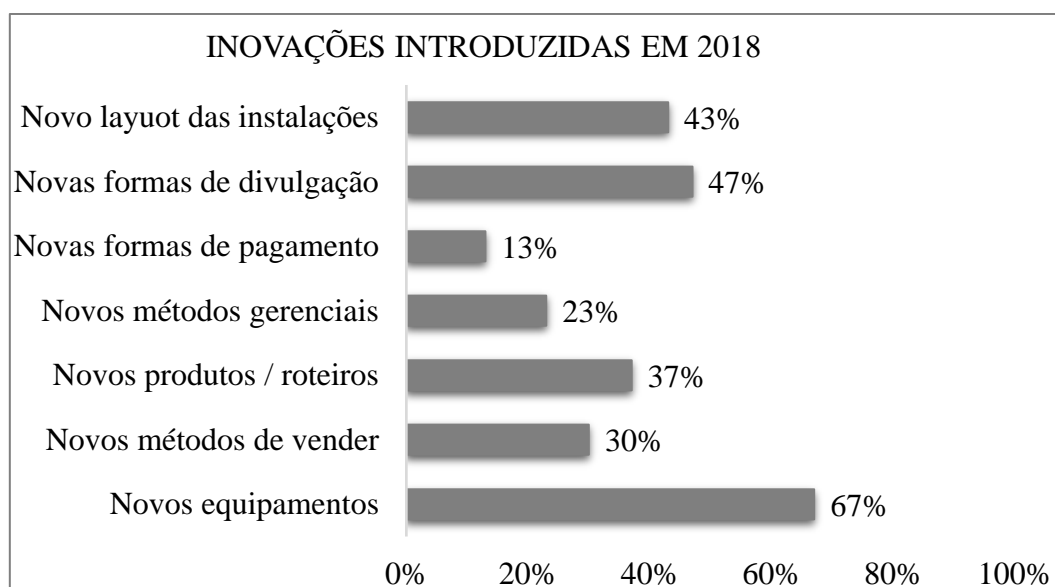
De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 3, observa-se que grande parte das dificuldades que afligem os negócios estão relacionadas com a precariedade da infraestrutura física, considerando que 87% dos respondentes apontaram a existência desse problema. Além disso, o excesso de burocracia (60%) e a falta de mão de obra qualificada (60%) também representam dificuldades relevantes para os estabelecimentos pesquisados, tendo em vista a frequência das respostas. Quando observamos no mesmo contexto as menções referentes aos altos encargos e impostos (50%) e à concorrência desleal (50%), pode-se sugerir que tais dados atuem, respectivamente, como causa e efeito da prevalência de um elevado grau de informalidade, que termina tolhendo a atuação dos estabelecimentos formais.

Cogitando solucionar as dificuldades supracitadas, observa-se que a presença e solução dos entraves sugeridos pelos respondentes não constitui um fenômeno que dependa de decisões emanadas do âmbito internos das empresas, tendo em vista que procedem e dependem de fatores sistêmicos, exógenos aos estabelecimentos empresariais, carecendo assim da integração de um extenso conjunto de atores das esferas governamental e não governamental. Ou seja, a própria presença dessas dificuldades manifesta a falta de sincronia entre os diversos atores que deveriam agir de modo sistêmico e ordenado para o desenvolvimento do turismo nos Lençóis Maranhenses, evidenciando a distância que ainda separa a aglomeração turística

existente do APL de turismo que se intenta alcançar. Portanto, se da falta de interação e ação conjunta surgem os problemas apontados pelos respondentes, da sua inter-relação e atuação coordenada deverão emanar as soluções.

Entretanto, independentemente do esforço conjunto e harmônico dos atores envolvidos, também é necessário o esforço individual (interno) de cada estabelecimento com a finalidade de atingir padrões de competitividade condizentes com a realidade em curso. Uma das modalidades de esforço interno que mais se coaduna com o alcance de padrões competitivos adequados é a introdução de inovações, compreendida aqui na acepção mais ampla do termo. Para que seja oferecida uma noção do empenho empresarial nessa temática, o Gráfico 4 mostra os resultados referentes à introdução de inovações pelos estabelecimentos turísticos de micro e pequeno porte atuantes nos Lençóis, durante o ano de 2018.

Gráfico 4: Inovações introduzidas pelos estabelecimentos turísticos (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados divulgados por Moura, Freitas e Paula (2019).

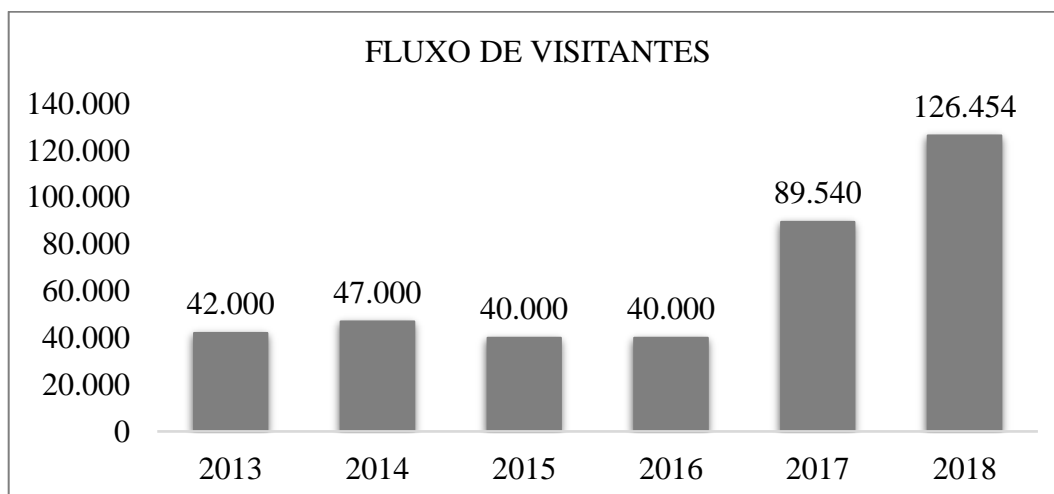
Com relação aos resultados apresentados no Gráfico 4, de modo geral, os dados evidenciam uma razoável inclinação dos empreendedores para introduzir inovações que contribuam para melhorar a performance dos negócios. Conforme exposto no referido gráfico, com a finalidade de obter aumento da produtividade, 67% dos respondentes introduziram novos equipamentos em 2018. Seguindo com os resultados gerados pelas respostas dos entrevistados, 47% implementaram novas formas de divulgação; 37% ofertaram novos produtos e novos roteiros; 43% introduziram mudanças no layout das instalações; 30% investiram em novos métodos de vendas; 23% introduziram novos métodos gerenciais e 13% ofereceram aos clientes novas formas (modalidades) de pagamento.

No contexto de uma visão abrangente da competitividade empresarial, Santos e Guarneri (2000) destacam a importância do aprimoramento de processos e métodos gerenciais dos negócios de uma rede produtiva. Quando se trata de um ambiente marcado pela presença marcante de micro e pequenos negócios, as inovações não costumam advir de investimentos próprios em pesquisa e desenvolvimento, a não ser em uma configuração de APL já consolidada, quando universidades e centros de pesquisa, que são atores relevantes, atuam de forma integrada com as empresas envolvidas.

Entretanto, considerando que a mentalidade de APL ainda não se revela totalmente presente no âmbito da atividade do turismo nos Lençóis, as inovações viáveis são representadas por aquelas sugeridas no Gráfico 4, tendo em vista que, por suas próprias características, tornam-se apropriadas para os estabelecimentos característicos. Nesse ambiente de ações ainda isoladas e de pouca interação, o fato de todos os estabelecimentos terem respondido afirmativamente para pelo menos um dos itens de inovação considerados, mostra que pelo menos um esforço mínimo nessa direção tem sido adotado. A consolidação do APL, intensificando a troca de informações, conhecimentos e experiências entre os atores, certamente, potencializaria o esforço individual revelado pelos dados.

Deixando à parte os problemas acima externados, um dos fatores que exerce influência sobre o desempenho dos negócios associados ao turismo é o fluxo de visitantes. O Gráfico 5 apresenta a evolução do quantitativo de visitantes ao PNLM, no período de 2013 a 2018, ressaltando que tais informações se referem a visitas ao PNLM, e não à região dos Lençóis como um todo, que ostenta outros atrativos.

Gráfico 5: Número de visitantes ao Parque Nacional dos Lençóis (2013 a 2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados divulgados por Moura, Freitas e Paula (2019).

Os dados revelados pelo Gráfico 5 mostram que o número de visitantes ao PNLM se manteve ao redor da faixa de 40.000 visitas anuais, no período de 2013 a 2016, atingindo um pico de 47.000 turistas em 2014. Nos anos de 2015 e 2016 houve um breve recuo, com a ressalva de que estes anos foram marcados por uma forte recessão na economia brasileira, quando o produto interno bruto (PIB) recuou quase 10% no acumulado dos dois anos referidos. Portanto a interrupção do crescimento, que parecia ganhar impulso durante os anos imediatamente anteriores, decorreu uma reviravolta perfeitamente compreensível naquele momento, tendo em vista a queda na renda dos brasileiros, clientela predominante na região turística dos Lençóis.

Embora a recuperação da recessão não tenha ocorrido logo nos anos seguintes, conforme esperado, a alta da taxa de câmbio dificultou ainda mais as viagens de brasileiros para o exterior, direcionando grande parte das viagens para destinos internos, fator que parece explicar o crescimento acentuado do número de visitantes ao PNLM nos de 2017 e 2018. Outro fator positivo que também contribuiu para aquela dinâmica de aceleração foi a melhoria na infraestrutura da região, sobretudo com o asfaltamento da estrada MA-320, ligando a BR-402 à sede do município de Santo Amaro, abrindo uma nova porta de acesso ao referido Parque.

Ou seja, a potencialização da demanda pelo produto turístico oferecido pela região pode ser explicada por diversos fenômenos, que talvez se inicie com o interesse crescente das pessoas pelo ecoturismo, passando pela desvalorização cambial e consolidando-se com algumas melhorias na infraestrutura local. Mas o simples aumento do quantitativo de visitantes não pode ser encarada como o alcance de uma meta final, considerando que outros problemas carecem de solução. Um deles seria o fato de grande parte das visitas a região acontecer pela modalidade bate-volta, quando os turistas tomam como base de apoio a cidade de São Luís, deixando ociosos alguns serviços oferecidos na própria região.

Uma das prováveis soluções para o problema supracitado, e que seria de grande relevância para reduzir a ociosidade da estrutura montada na região, passaria pelo envidamento de um maior esforço no sentido de promover a diversificação de roteiros turísticos, de forma que seja despertado no turista o desejo de permanecer mais tempo nos municípios que rodeiam o Parque dos Lençóis, consumindo mais intensamente os serviços disponibilizados pelos estabelecimentos turísticos ali instalados. Medidas dessa natureza podem contribuir ainda para a potencialização da capacidade de sobrevivência dos negócios de micro e pequeno porte no longo prazo e, desse modo, viabilizar emprego e renda para uma expressiva fração dos habitantes locais.

Por outro lado, intensificar a abordagem de APL para a atividade turística na região pode ser um dos fatores determinantes de um maior nível de desenvolvimento socioeconômico

dos municípios envolvidos, pois, conforme destacado por Puga (2003), as políticas de APLs devem ser voltadas para a preparação de um ambiente que promova o desenvolvimento dos negócios, destacando alguns itens importantes, tais como: melhorias nas condições infraestruturais, associativismo, coordenações das ações dos diversos agentes que atuam na área, capacitação e qualificação da mão de obra etc. Convém lembrar, alguns desses itens foram apontados pelos próprios empreendedores como dificuldades que atrapalham a sobrevivência dos seus empreendimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística tem entrado na agenda das diversas esferas governamentais no Brasil, tendo em vista a amplitude de segmentos produtivos que ela envolve e, conseqüentemente, o seu potencial como fonte geradora de emprego e renda, de caráter permanente e sazonal. Ao longo das últimas décadas, em razão de um maior apelo e conscientização a respeito da preservação ambiental, aliada a um maior desejo humano pelo contato com as belezas naturais, o turismo em áreas como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem apresentado uma expansão considerável.

Em razão dos benefícios que os atrativos presentes na aludida região ainda podem gerar para os indicadores estaduais, esferas governamentais e instituições parceiras têm tentado, de longa data, intensificar a divulgação do produto turístico dos Lençóis, com a finalidade de promover o desenvolvimento local. Para tanto, a abordagem de APL foi entendida como a mais adequada, considerando que a região sempre contou com uma aglomeração de estabelecimentos de micro e pequeno porte, enquadrados nos mais diversos segmentos de atendimento ao turista, como hotéis, restaurantes, bares, agências de viagem, lojas de artesanato etc.

Entretanto, conforme os dados que embasaram o presente estudo, apesar do crescimento do número de visitantes à região, ainda persistem inúmeras dificuldades no aglomerado turístico dos Lençóis, grande parte revelando a própria ausência daquilo que deveria ser a mentalidade característica de um APL. Ou seja, a situação vigente indica a presença precária de práticas associativas e colaborativas entre os diversos segmentos, sobretudo no âmbito mais abrangente da atividade turística, conforme exige a própria complexidade do setor. Daí decorre a ausência de um ambiente propício à troca de informações, conhecimentos e experiências, que são fatores indispensáveis para a aceleração das práticas inovativas, fundamentais para a competitividade dos negócios e, conseqüentemente, para a sua sobrevivência no longo prazo.

Por fim, para reforçar o argumento exposto no parágrafo anterior, uma expressiva parcela dos empreendimentos permanece adotando práticas de gestão rudimentares, do ponto de vista interno; além de conviver com uma gama de dificuldades, como a escassez de infraestrutura e de mão de obra qualificada, do ponto de vista externo. Esse cenário, ao mesmo tempo que sugere que as iniciativas intencionadas em transformar o aglomerado turístico dos Lençóis Maranhenses em um APL não se mostraram eficazes, também sugere que consolidação da mentalidade de APL se mostraria eficaz para dar conta de muitos dos problemas apontados no presente estudo. Para tanto, basta considerar que uma das dificuldades mais evidentes é a ausência de coordenação/interação entre os negócios e, também, entre eles e as esferas governamentais e não governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. **Análise das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso**. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu (orgs). Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estudos do Nordeste a Amazônia Legal. Natal-RN: EDUFRN, 2010.

CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa; REIS, Raimunda Rocha; LIMA, Rozuila Neves. **Turismo sustentável: perspectiva socioambiental como geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas (MA)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.13, n.1, fev/abr 2020, pp. 120-142. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9812>>.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira. RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Arranjo Produtivo Local: série empreendimentos coletivos**. Brasília: SEBRAE, 2014.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena, M.M.; STALLIVIERI, Fábio. **Introdução: políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais**. In: CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena, M.M.; STALLIVIERI, Fábio (orgs.) Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/livro.asp>>.

COUTINHO, Luciano. **Novas políticas para promoção de arranjos produtivos locais e a atuação do BNDES**. In: CASSIOLATO, José. E; LASTRES, Helena M. M.; STALLIVIERI, Fábio. Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

CUNHA, Sieglinde Kindl da; CUNHA, João Carlos da. **Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local**. Rev. adm. contemp. vol. 9, n. 2, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000600006>.

D'ANTONA, Álvaro O. **O verão, o inverno e o inverso**: Lençóis Maranhenses, imagens. Tradução: Carlos H. de Toledo Júnior. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

GARCEZ, Cristiane; et. al. **Análise de Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil**: uma introdução. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu (orgs). Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal-RN: EDUFRN, 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Concessão de serviços de apoio à visitação. Projeto Básico. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/2018/PB_PN_Lencois_Maranhenses.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

JAMAL, et. al. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. In: Organização Mundial do Turismo; Universidade do Havaí em Manoa (EUA); Universidade de Calgary (Canadá); James Cook University; Chuck Y. Gee; Eduardo Fayos-Solá (orgs.) Tradução Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

LASTRES, Helena M. M. **Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposição de ações**. RedeSist: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Avalia%C3%A7%C3%A3o_Helena+Lastres_2007_3438.pdf/d4ee33c2-5f5e-483e-8555-7c9152f6888e?version=1.0>.

LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José Eduardo. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, M. L. Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

MELO, Maria Cristina P. **Avaliação das Políticas de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Maranhão**. Relatório de atividades da Análise de Políticas. RedeSist, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/notas-tecnicas-p6/nt-pp-aspils-mpe-p6>>.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro**. Turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (APLs) no setor de turismo. 2007. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/TURISMO_COMO_INSTRUMENTO_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL.pdf>.

MOURA, João Gonsalo de; FREITAS, Cesar Augustus Labre Lemos de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Destinos turísticos inteligentes Rota das Emoções – MA**. Convênio 003/2016 UFMA-SEBRAE. Barreirinhas, 2019. (Dados da pesquisa).

MOURA, João Gonsalo; MOURA, Eunice Paraguassu; SANTOS, Alan Vasconcelos. **Promoção de Arranjos Produtivos Locais em ambientes instáveis**: o caso do Maranhão. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu (orgs). Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal-RN: EDUFRN, 2010.

PRODANOV, Cleber. Cristiano.; FREITAS, Ernani. César. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUGA, Fernando Pimentel. **Alternativas de apoio a MPMES localizadas em arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

Artigo recebido em 03/04/2021

Aprovado em 21/09/2021

Como citar esse artigo:

SOUSA, Jéssica Milla Bezerra de; MOURA, João Gonsalo de. Conjuntura Recente Do Arranjo Produtivo Local De Turismo Dos Lençóis Maranhenses. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 17, N.º 1, jan/jun. 2021.